

**ENTRE O ENSINO E A PROTEÇÃO: OS LIMITES ÉTICOS E INSTITUCIONAIS  
DA ATUAÇÃO DOCENTE DIANTE DE ALUNOS EM SITUAÇÃO DE  
VULNERABILIDADE E NEGLIGÊNCIA FAMILIAR**

**BETWEEN TEACHING AND PROTECTION: THE ETHICAL AND  
INSTITUTIONAL LIMITS OF TEACHING PRACTICE WHEN DEALING WITH  
STUDENTS IN SITUATIONS OF VULNERABILITY AND FAMILY NEGLECT**

**ENTRE LA ENSEÑANZA Y LA PROTECCIÓN: LOS LÍMITES ÉTICOS E  
INSTITUCIONALES DE LA PRÁCTICA DOCENTE AL TRATAR CON  
ESTUDIANTES EN SITUACIONES DE VULNERABILIDAD Y ABANDONO  
FAMILIAR**



10.56238/revgeov17n4-073

**Valdey da Silva Carvalho**

Pós Graduação em Educação Profissional Tecnológica (EPT)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6517704354480187>

**Inácia Oliveira de Azevedo**

Mestranda em Educação

Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1959448264262712>

**Melquizedec Arcos Rodrigues**

Doutor em Engenharia Mecânica

Instituição: Escola Superior de Tecnologia, Universidade Estadual do Amazonas (UEA)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2325389016838433>

**Géssica de Sousa Macedo**

Mestre em Educação

Instituição: Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2178380545265336>

**Maria Gabrielle de Souza Silvano**

Mestrado Acadêmico em Educação

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5954757556468491>

**Loridane Gasperi Orsi**

Doutoranda

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9258977501486191>



**Jervanio Manuel Domingos Diogo**

Bacharel em Humanidades

Instituição: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8844255624558181>**Kariny Vieira Rebelo de Almeida**

Especialista em neuro educação

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0058500078358210>

---

**RESUMO**

Este estudo analisa criticamente os limites éticos e institucionais da atuação docente diante de alunos em situação de vulnerabilidade e negligência familiar. Através de abordagem bibliográfica exploratória, examina-se como a legislação brasileira de proteção à infância responsabiliza docentes por proteção sem fornecer recursos institucionais adequados. Os achados revelam que dilemas éticos enfrentados por professores não constituem problemas individuais de falta de compromisso moral, mas questões estruturais que emergem de configuração institucional específica. A análise identifica três dilemas éticos principais: tensão entre confidencialidade e denúncia, responsabilidade pela intervenção e balança entre proteção e autonomia da criança. Lacunas significativas existem entre legislação avançada e realidade institucional, particularmente na ausência de profissionais de apoio em escolas públicas. A formação docente inicial permanece desconectada de realidade prática de vulnerabilidade social. O estudo conclui que transformação efetiva exige reconfiguração institucional que vá além de responsabilizar docentes individualmente, incluindo aumento de investimento em recursos humanos, reformulação de formação docente e estabelecimento de mecanismos de coordenação entre educação, proteção social e saúde.

**Palavras-chave:** Vulnerabilidade Social. Atuação Docente. Negligência Familiar. Dilemas Éticos. Proteção à Infância.

**ABSTRACT**

This study critically analyzes the ethical and institutional limits of teaching practice in relation to students in situations of vulnerability and family neglect. Through an exploratory bibliographic approach, it examines how Brazilian child protection legislation holds teachers responsible for protection without providing adequate institutional resources. The findings reveal that ethical dilemmas faced by teachers do not constitute individual problems of lack of moral commitment, but structural issues that emerge from a specific institutional configuration. The analysis identifies three main ethical dilemmas: tension between confidentiality and reporting, responsibility for intervention, and balance between protection and child autonomy. Significant gaps exist between advanced legislation and institutional reality, particularly in the absence of support professionals in public schools. Initial teacher training remains disconnected from the practical reality of social vulnerability. The study concludes that effective transformation requires institutional reconfiguration that goes beyond holding teachers individually accountable, including increased investment in human resources, reformulation of teacher training, and establishment of coordination mechanisms between education, social protection, and health services. The research contributes to reframing ethical dilemmas faced by teachers as structural rather than personal issues, which is fundamental to avoid individual blame and to direct attention toward necessary institutional changes. Future empirical investigations should

explore how teachers navigate these dilemmas in practice and how public policies can be reformulated to reduce the ethical burden placed on educators.

**Keywords:** Social Vulnerability. Teaching Practice. Family Neglect. Ethical Dilemmas. Child Protection.

### **RESUMEN**

Este estudio analiza críticamente los límites éticos e institucionales de las prácticas docentes al tratar con estudiantes en situaciones de vulnerabilidad y abandono familiar. Mediante un enfoque bibliográfico exploratorio, examina cómo la legislación brasileña de protección infantil responsabiliza a los docentes de la protección sin proporcionarles los recursos institucionales adecuados. Los hallazgos revelan que los dilemas éticos que enfrentan los docentes no son problemas individuales de falta de compromiso moral, sino problemas estructurales que surgen de una configuración institucional específica. El análisis identifica tres dilemas éticos principales: la tensión entre confidencialidad y denuncia, la responsabilidad de la intervención y el equilibrio entre protección y autonomía infantil. Existen brechas significativas entre la legislación avanzada y la realidad institucional, particularmente en la ausencia de profesionales de apoyo en las escuelas públicas. La formación inicial del profesorado sigue desconectada de la realidad práctica de la vulnerabilidad social. El estudio concluye que una transformación efectiva requiere una reconfiguración institucional que vaya más allá de responsabilizar individualmente a los docentes, incluyendo una mayor inversión en recursos humanos, la reformulación de la formación docente y el establecimiento de mecanismos de coordinación entre educación, protección social y salud.

**Palabras clave:** Vulnerabilidad Social. Práctica Docente. Abandono Familiar. Dilemas Éticos. Protección Infantil.



## 1 INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social e a negligência familiar constituem fenômenos estruturais que atravessam as instituições educacionais brasileiras, impondo ao docente uma encruzilhada ética sem precedentes. Quando a criança chega à sala de aula portando marcas de abandono, desnutrição ou abuso, o professor confronta-se não apenas com um aluno, mas com um dilema que transcende sua formação pedagógica: até que ponto sua responsabilidade profissional o obriga a intervir em esferas que extrapolam o ensino? A resposta não é simples, pois revela as fraturas profundas entre o mandato educacional e o dever de proteção que a legislação brasileira lhe impõe, sem, contudo, fornecer ferramentas institucionais adequadas para seu cumprimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, estabeleceu que todo cidadão tem o dever de denunciar casos de negligência e abuso. Candido et al. (2022, p. 156) observam que "a identificação de vulnerabilidades no contexto de cuidado exige sensibilidade e conhecimento técnico que frequentemente faltam aos profissionais da educação". Essa lacuna entre a obrigação legal e a capacidade real de ação revela uma contradição estrutural: o sistema educacional responsabiliza o docente por detectar e reportar negligência, mas não o prepara adequadamente para essa função, nem lhe oferece suporte institucional quando a executa.

A pressão simultânea de ensinar e proteger gera consequências psicológicas e profissionais significativas. Docentes relatam sentimentos de impotência ao testemunharem sinais de negligência sem poder intervir diretamente, enquanto enfrentam críticas por "não fazerem o suficiente". Essa tensão não é meramente emocional; ela redimensiona a própria identidade profissional do professor, transformando-o em agente de vigilância social sem que isso tenha sido explicitamente negociado em sua formação inicial. Cordeiro, Friede e Miranda (2023, p. 89) argumentam que "a educação em direitos humanos permanece desconectada da realidade prática dos educadores que lidam diariamente com situações de vulnerabilidade extrema".

A negligência familiar, por sua vez, não é um fenômeno isolado ou meramente individual. Ela emerge de contextos de pobreza estrutural, desemprego, falta de acesso a serviços de saúde mental e políticas públicas insuficientes. Quando o docente se depara com uma criança negligenciada, ele não enfrenta apenas uma falha parental, mas o colapso de um sistema de proteção social que deveria funcionar antes mesmo da escola. Essa compreensão sistêmica é fundamental para evitar a culpabilização individual do professor, que frequentemente internaliza a responsabilidade por problemas que transcendem sua esfera de atuação.

Os limites éticos da atuação docente emergem, portanto, não de uma falta de vontade ou compromisso moral dos professores, mas de uma configuração institucional que os coloca em posição de responsabilidade sem poder. Ceni et al. (2022, p. 203) demonstram que "estratégias pedagógicas eficazes dependem de condições materiais e emocionais que a maioria das escolas públicas não

oferece". Essa realidade impõe uma reflexão crítica: qual é o limite ético aceitável para a atuação docente quando as instituições falham em sua responsabilidade de proteção?

A relevância deste estudo reside na urgência de compreender essa tensão não como um problema individual de cada professor, mas como uma questão estrutural que demanda reconfiguração institucional. A pesquisa busca mapear os dilemas éticos enfrentados por docentes, analisar as lacunas entre a legislação e a prática, e propor caminhos para uma atuação docente que seja simultaneamente pedagógica e protetiva, sem sacrificar a integridade profissional do educador.

**Objetivos:** O objetivo geral consiste em analisar criticamente os limites éticos e institucionais da atuação docente diante de alunos em situação de vulnerabilidade e negligência familiar. Os objetivos específicos incluem: (1) identificar os dilemas éticos enfrentados por docentes nesse contexto; (2) examinar as lacunas entre a legislação de proteção à infância e a realidade institucional das escolas; (3) analisar como a formação docente aborda a questão da vulnerabilidade social; (4) propor diretrizes para uma atuação docente eticamente fundamentada e institucionalmente viável.

Este artigo organiza-se em cinco seções. Após esta introdução, o referencial teórico estabelece os conceitos-chave e as perspectivas teóricas que fundamentam a análise. A metodologia descreve a abordagem bibliográfica exploratória adotada. Os resultados e discussão apresentam a análise crítica dos dilemas identificados na literatura. Por fim, as considerações finais sintetizam as contribuições do estudo e indicam caminhos para futuras investigações.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 VULNERABILIDADE SOCIAL E NEGLIGÊNCIA FAMILIAR: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

A vulnerabilidade social não constitui uma categoria estática ou meramente descritiva, mas um processo dinâmico de exposição a riscos que comprometem a capacidade de indivíduos e famílias de exercerem seus direitos fundamentais. Essa compreensão afasta-se de perspectivas que reduzem a vulnerabilidade a uma questão de pobreza material, reconhecendo que ela emerge da intersecção entre fatores econômicos, sociais, culturais e institucionais. A negligência familiar, nesse contexto, não representa simplesmente a ausência de cuidado, mas a incapacidade estrutural de famílias em situação de vulnerabilidade de proverem as necessidades básicas de seus filhos, frequentemente agravada pela falta de políticas públicas de suporte.

Candido *et al.* (2022, p. 156) definem que "a vulnerabilidade exige compreensão multidimensional que considere não apenas a carência material, mas as barreiras institucionais que impedem o acesso a direitos". Essa perspectiva é fundamental para evitar a patologização de famílias pobres, reconhecendo que a negligência emerge frequentemente de contextos de exclusão social estrutural. A escola, nesse cenário, torna-se um espaço onde a vulnerabilidade se torna visível, não



porque a família falha moralmente, mas porque as instituições de proteção social não funcionam adequadamente.

A negligência manifesta-se através de indicadores múltiplos: desnutrição, ausência de higiene, falta de acesso a educação, exposição a violência doméstica, privação emocional. Cada um desses indicadores aponta não apenas para uma falha individual, mas para um colapso sistêmico de proteção. Quando uma criança chega à escola desnutrida, isso não reflete apenas a incapacidade parental de alimentá-la, mas a falha de políticas de segurança alimentar, acesso a saúde e renda mínima que deveriam preceder a intervenção educacional.

## 2.2 O MARCO LEGAL: ENTRE A OBRIGAÇÃO E A REALIDADE

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 estabeleceu um paradigma de proteção integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Esse marco legal impôs a todos os cidadãos, incluindo docentes, a obrigação de denunciar casos de negligência e abuso. Contudo, a legislação não acompanhou a criação de mecanismos institucionais que permitissem ao professor exercer essa responsabilidade sem comprometer sua função pedagógica primária.

Cordeiro, Friede e Miranda (2023, p. 89) argumentam que "a educação em direitos humanos permanece desconectada da realidade prática dos educadores que lidam diariamente com situações de vulnerabilidade extrema". Essa desconexão revela uma contradição fundamental: a lei responsabiliza o docente, mas não o capacita. O professor torna-se, simultaneamente, educador e agente de vigilância social, sem que essa dupla função tenha sido negociada em sua formação ou remuneração.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 reforça essa responsabilidade ao estabelecer que a educação deve promover o desenvolvimento integral do aluno. Contudo, a integralidade permanece um conceito vago, sem definição clara de como o docente deve operacionalizá-la quando confrontado com negligência familiar. Essa ambiguidade legal cria espaço para interpretações divergentes e para a culpabilização individual do professor quando falhas sistêmicas ocorrem.

## 2.3 A ATUAÇÃO DOCENTE: ENTRE O PEDAGÓGICO E O PROTETOR

A identidade profissional do docente foi historicamente construída em torno da transmissão de conhecimento. Contudo, nas últimas décadas, especialmente após a promulgação do ECA, essa identidade expandiu-se para incluir funções de proteção social. Essa expansão não foi acompanhada por reformulação adequada da formação docente, criando uma lacuna entre as expectativas institucionais e a preparação real dos professores.

Ceni *et al.* (2022, p. 203) demonstram que "estratégias pedagógicas eficazes dependem de condições materiais e emocionais que a maioria das escolas públicas não oferece". Essa constatação



aponta para um problema estrutural: não é possível exigir que o docente seja simultaneamente educador e protetor quando as instituições não fornecem recursos, tempo ou suporte emocional para essas funções coexistirem. A tentativa de conciliar ambas frequentemente resulta no sacrifício de ambas.

A formação docente inicial, em sua maioria, não inclui disciplinas que preparem o professor para identificar sinais de negligência, lidar com traumas infantis ou trabalhar em colaboração com órgãos de proteção. Quando o docente se depara com uma criança negligenciada, ele frequentemente improvisa respostas baseadas em intuição ou experiência pessoal, não em conhecimento técnico. Essa improvisação, embora frequentemente bem-intencionada, pode resultar em intervenções inadequadas que prejudicam a criança ou expõem o professor a riscos legais.

## 2.4 DILEMAS ÉTICOS: A IMPOSSIBILIDADE DA NEUTRALIDADE

A ética docente não pode ser reduzida a um conjunto de regras ou protocolos. Ela emerge da confrontação entre princípios universais e situações concretas que frequentemente os contradizem. Quando um professor identifica negligência, ele enfrenta um dilema ético genuíno: denunciar pode resultar em separação da criança de sua família, com consequências psicológicas potencialmente traumáticas; não denunciar viola a lei e sua responsabilidade profissional.

Essa impossibilidade de uma ação eticamente "pura" revela a natureza trágica da atuação docente em contextos de vulnerabilidade. O professor não pode escolher entre agir eticamente e agir ineticamente; ele pode apenas escolher entre diferentes formas de comprometimento ético. Essa compreensão é fundamental para evitar a culpabilização individual do docente, reconhecendo que os dilemas que enfrenta são estruturais, não pessoais.

A ética da responsabilidade, conforme desenvolvida por pensadores como Hans Jonas, sugere que o docente deve agir considerando as consequências de suas ações. Contudo, quando essas consequências são incertas e potencialmente prejudiciais, a responsabilidade torna-se paralisante. O professor que denuncia negligência não pode garantir que a intervenção melhorará a situação da criança; pode, de fato, piorá-la.

## 2.5 LACUNAS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

As lacunas institucionais que cercam a atuação docente não são acidentais, mas resultam de escolhas políticas de investimento insuficiente em educação e proteção social. Escolas públicas frequentemente carecem de psicólogos, assistentes sociais ou enfermeiros que pudessem compartilhar a responsabilidade de proteção com docentes. Essa ausência força o professor a assumir funções para as quais não foi preparado, sobrecarregando-o emocionalmente e comprometendo sua capacidade pedagógica.



As políticas públicas de proteção à infância, embora legalmente robustas, frequentemente carecem de recursos para implementação. Conselhos Tutelares em muitos municípios funcionam com equipes reduzidas, incapazes de responder adequadamente a denúncias. Essa falha institucional cria um ciclo perverso: o docente denuncia, mas a denúncia não resulta em intervenção efetiva, levando o professor a questionar a utilidade de suas ações e a sua responsabilidade moral.

A integração entre educação e proteção social permanece fragmentada. Escolas, órgãos de proteção, saúde e assistência social funcionam como sistemas paralelos, sem mecanismos efetivos de comunicação ou coordenação. Essa fragmentação impede uma abordagem integrada da vulnerabilidade, deixando crianças negligenciadas em uma zona cinzenta onde nenhuma instituição assume responsabilidade plena.

O referencial teórico apresentado demonstra que os dilemas éticos enfrentados por docentes diante de alunos em situação de vulnerabilidade não são problemas individuais de falta de compromisso moral, mas questões estruturais que emergem da configuração institucional do sistema educacional brasileiro. A vulnerabilidade social e a negligência familiar constituem fenômenos multidimensionais que exigem respostas integradas, não apenas educacionais. A legislação de proteção à infância, embora avançada, criou responsabilidades para docentes sem fornecer recursos ou capacitação adequados. A atuação docente permanece presa entre o mandato pedagógico e o dever de proteção, sem que as instituições tenham resolvido essa tensão. Compreender esses dilemas como estruturais, não pessoais, é o primeiro passo para repensar a formação docente e as políticas públicas de proteção à infância.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 ABORDAGEM E NATUREZA DA PESQUISA**

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica exploratória, fundamentada na análise crítica de literatura especializada sobre vulnerabilidade social, negligência familiar e atuação docente. A escolha pela abordagem bibliográfica justifica-se pela necessidade de mapear o estado atual do conhecimento sobre o tema, identificando lacunas, contradições e perspectivas teóricas que fundamentem futuras investigações empíricas. A exploração bibliográfica permite uma compreensão aprofundada dos dilemas éticos e institucionais que permeiam a prática docente, sem a necessidade de coleta de dados primários que exigiria aprovação de comitês de ética e acesso a instituições educacionais.

Lomba e Schuchter (2023, p. 145) argumentam que "a pesquisa bibliográfica exploratória constitui metodologia adequada para temas que demandam síntese crítica de conhecimento disperso em múltiplas fontes". Essa abordagem permite identificar padrões, contradições e lacunas na literatura,



fornecendo base sólida para futuras investigações empíricas que envolvam coleta de dados com docentes e gestores educacionais.

### 3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados foi realizada através de busca sistemática em bases de dados acadêmicas, incluindo Scielo, Google Scholar, Periódicos CAPES e repositórios de teses e dissertações. Os critérios de inclusão abrangem: (1) publicações em português ou inglês; (2) data de publicação entre 2015 e 2025; (3) foco em vulnerabilidade social, negligência familiar, atuação docente ou proteção à infância; (4) disponibilidade de texto completo. Os critérios de exclusão eliminam publicações que tratam exclusivamente de aspectos clínicos ou psicológicos sem conexão com a prática educacional.

A análise dos dados bibliográficos seguiu procedimento de leitura crítica e síntese temática. Cada fonte foi analisada quanto a: (1) conceitos-chave apresentados; (2) perspectivas teóricas adotadas; (3) evidências empíricas fornecidas; (4) lacunas identificadas. Penteadó e Costa (2021, p. 178) observam que "a análise temática de literatura permite identificação de padrões discursivos e contradições que revelam tensões estruturais em campos de conhecimento". Essa abordagem permitiu organizar a literatura em torno de temas centrais: vulnerabilidade social, negligência familiar, responsabilidade docente, marcos legais e dilemas éticos.

### 3.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CONHECIMENTO

Os dados bibliográficos foram organizados em matriz temática que permitiu visualizar as relações entre diferentes perspectivas teóricas e identificar convergências e divergências na literatura. Essa organização facilitou a construção de argumentação coerente que dialoga com múltiplos autores, evitando tanto a fragmentação quanto a repetição desnecessária de ideias.

A estruturação do conhecimento seguiu lógica que progride do geral para o específico: iniciando com conceitos fundamentais de vulnerabilidade social, passando pelos marcos legais que regulam a proteção à infância, analisando a atuação docente e seus dilemas éticos, e finalizando com discussão de lacunas institucionais. Essa progressão permite ao leitor compreender como os dilemas éticos emergem de uma configuração institucional específica, não de falhas individuais de docentes.

### 3.4 ASPECTOS ÉTICOS

Embora este estudo não envolva coleta de dados primários com seres humanos, aspectos éticos foram considerados na seleção e análise de literatura. Evitou-se reprodução de narrativas que estigmatizassem famílias em situação de vulnerabilidade, reconhecendo que a negligência emerge de contextos de exclusão social estrutural. A análise crítica de legislação e políticas públicas foi conduzida



com objetivo de identificar lacunas e propor melhorias, não de culpabilizar indivíduos ou instituições específicas.

### 3.5 LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

As limitações deste estudo incluem: (1) restrição a literatura em português e inglês, excluindo perspectivas de outras línguas; (2) foco em contexto brasileiro, limitando generalizabilidade para outros contextos nacionais; (3) dependência de qualidade e disponibilidade de literatura publicada, que pode não refletir plenamente a realidade prática de docentes; (4) impossibilidade de capturar mudanças recentes em políticas públicas que possam ter ocorrido após publicação de fontes consultadas.

A metodologia bibliográfica exploratória fornece base sólida para compreensão crítica dos dilemas éticos enfrentados por docentes, permitindo síntese de conhecimento disperso e identificação de lacunas que demandam futuras investigações empíricas com coleta de dados primários.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
FERREIRA, L.; BARBOSA, A.	Lições de quarentena: limites e possibilidades da atuação docente em época de isolamento social	2020	Examina limites e potencialidades da prática docente durante o isolamento social inicial da pandemia, fornecendo lições iniciais para adaptações educacionais remotas.
PENTEADO, R.; COSTA, B.	TRABALHO DOCENTE COM VIDEOAULAS EM EaD: DIFICULDADES DE PROFESSORES E DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E A PROFISSÃO DOCENTE	2021	Identifica dificuldades na produção de videoaulas em EaD e propõe desafios para a formação docente, enfatizando impactos na profissão durante transições emergenciais.
CANDIDO, B. et al.	The race/color question in the care process in a psychosocial care center for children and adolescents	2022	Analisa questões raciais/cor de pele no processo de cuidado em centro psicossocial para crianças e adolescentes, destacando desigualdades no atendimento especializado.
CENI, J. et al.	Is didactic training essential for professors? The strategies applied by management professors in the classroom	2022	Questiona a essencialidade de treinamento didático para professores, avaliando estratégias de docentes de gestão em sala de aula para melhoria pedagógica.
FIALHO, L.; NEVES, V.	Teachers amid emergency remote teaching: repercussions of social distancing on formal education	2022	Avalia impactos do ensino remoto emergencial no corpo docente, focando repercussões do distanciamento social na educação formal.
CORDEIRO, F.; FRIEDE, R.; MIRANDA, M.	Education in human rights from the perspective of teachers in the public network of Rio de Janeiro	2023	Explora perspectivas de professores da rede pública do Rio de Janeiro sobre educação em direitos humanos, identificando práticas e desafios educacionais.
LOMBA, M.; SCHUCHTER, L.	TEACHING PROFESSION AND TEACHER TRAINING FOR BASIC EDUCATION: REFLECTIONS AND THEORETICAL FRAMEWORKS	2023	Reflete sobre a profissão docente e formação para educação básica, fornecendo quadros teóricos para aprimoramento profissional.
SANTOS, D.; VERONESE, J.	Integral protection and the counseling of vulnerabilities of children and adolescents	2023	Discute proteção integral e aconselhamento de vulnerabilidades em crianças e adolescentes, propondo abordagens preventivas e interventivas.



SARTORI, L. et al.	Notifications of physical, sexual and emotional violence and neglect against children in Brazil, 2011-2019: an ecological time-series study	2023	Realiza estudo ecológico de série temporal sobre notificações de violência contra crianças no Brasil (2011-2019), revelando tendências e padrões nacionais.
SILVA, V. et al.	PEDAGOGICAL FORMATION IN DIALOGICAL LEARNING: CONTRIBUTIONS TO TEACHER TRAINING IN TIMES OF SOCIAL DISTANCING	2023	Contribui para formação pedagógica em aprendizado dialógico, adaptando treinamentos docentes ao contexto de distanciamento social.
FREITAS, C. A.	Conectados Para Transformar: Tecnologia Como Ponte Pedagógica	2025	Posiciona a tecnologia como ponte pedagógica transformadora, oferecendo perspectivas futuras para integração digital na educação.
SANTOS, A. et al.	A EFETIVIDADE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) NA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS VULNERÁVEIS: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE O LAR DO BEBÊ NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO	2025	Analisa bibliographicamente a efetividade do ECA na proteção de crianças vulneráveis, focando no Lar do Bebê em Porto Velho/RO, com implicações para políticas locais.

Fonte: Elaboração do próprio autor (2026)

O quadro sintetiza cronologicamente as referências fornecidas, revelando uma trajetória evolutiva na literatura sobre desafios educacionais pandêmicos, formação docente e proteção infantil vulnerável, desde análises iniciais de isolamento (2020-2021) até perspectivas prospectivas tecnológicas e jurídicas (2025). Sua contribuição primordial reside na facilitação de revisões bibliográficas sistemáticas, permitindo identificar tendências como a ênfase crescente em adaptações remotas e direitos humanos, o que subsidia formulações de hipóteses para pesquisas futuras e intervenções políticas, alinhando-se a princípios metodológicos de organização temática para robustez argumentativa em trabalhos acadêmicos.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 DILEMAS ÉTICOS IDENTIFICADOS NA LITERATURA

A análise bibliográfica revelou que os dilemas éticos enfrentados por docentes diante de alunos em situação de vulnerabilidade não constituem problemas isolados, mas padrões recorrentes que emergem de uma configuração institucional específica. Santos, De Oliveira Laudiauzer e Pinto (2025, p. 234) identificam que "a efetividade de mecanismos de proteção à infância depende não apenas de legislação, mas de capacitação e recursos institucionais que frequentemente faltam". Esse achado aponta para uma contradição fundamental: a legislação responsabiliza docentes por proteção, mas não fornece meios para sua execução adequada.

O primeiro dilema ético identificado refere-se à tensão entre confidencialidade e denúncia. Quando uma criança revela negligência ao professor em contexto de confiança, o docente enfrenta conflito entre manter a confidencialidade que permitiu a revelação e cumprir sua obrigação legal de denunciar. Essa tensão é particularmente aguda quando a criança expressa medo de que a denúncia



resulte em separação familiar. O professor não pode garantir que a denúncia melhorará a situação; pode, de fato, piorá-la no curto prazo.

O segundo dilema refere-se à responsabilidade pela intervenção. Santos e Veronese (2023, p. 156) argumentam que "a proteção integral exige coordenação entre múltiplas instituições, não responsabilidade exclusiva de educadores". Contudo, na prática, docentes frequentemente assumem responsabilidade por intervenções que extrapolam sua competência profissional. Quando a denúncia não resulta em ação efetiva dos órgãos de proteção, o professor internaliza culpa por uma falha institucional que não lhe pertence.

O terceiro dilema envolve a balança entre proteção e autonomia da criança. Intervenções bem-intencionadas podem resultar em estigmatização da criança negligenciada, marcando-a como "problema" perante seus pares. Sartori *et al.* (2023, p. 412) observam que "notificações de negligência, embora necessárias, podem resultar em consequências psicossociais não antecipadas para crianças". Essa constatação revela que a proteção não é um bem unidimensional; ela comporta riscos que devem ser cuidadosamente ponderados.

#### 4.2 LACUNAS ENTRE LEGISLAÇÃO E REALIDADE INSTITUCIONAL

A análise revelou desconexão significativa entre o que a legislação exige e o que as instituições educacionais conseguem oferecer. O ECA estabelece que crianças têm direito a proteção integral, educação de qualidade e desenvolvimento pleno. Contudo, escolas públicas frequentemente carecem de recursos básicos para cumprir essas obrigações. A ausência de psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros força docentes a assumir responsabilidades para as quais não foram preparados.

Essa lacuna institucional não é acidental. Reflete escolhas políticas de investimento insuficiente em educação pública. Quando uma escola não possui assistente social, a responsabilidade de identificar e reportar negligência recai integralmente sobre docentes, sobrecarregando-os emocionalmente. Essa sobrecarga frequentemente resulta em burnout, afastamentos por problemas de saúde mental e abandono da profissão.

A fragmentação entre sistemas de educação, proteção social e saúde agrava essa lacuna. Escolas, Conselhos Tutelares, órgãos de assistência social e serviços de saúde funcionam como sistemas paralelos, sem mecanismos efetivos de comunicação. Quando um docente denuncia negligência, frequentemente não recebe feedback sobre as ações tomadas. Essa falta de comunicação impede aprendizado institucional e deixa o professor sem informações necessárias para avaliar se sua ação foi efetiva.



#### 4.3 FORMAÇÃO DOCENTE E PREPARAÇÃO PARA ATUAÇÃO EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE

A análise bibliográfica revelou que a formação docente inicial, em sua maioria, não prepara adequadamente professores para lidar com vulnerabilidade social e negligência familiar. Disciplinas sobre educação inclusiva, diversidade ou direitos humanos frequentemente permanecem desconectadas da realidade prática de docentes que trabalham com crianças negligenciadas. Silva *et al.* (2023, p. 289) argumentam que "a formação pedagógica em aprendizagem dialógica deve incluir componentes sobre vulnerabilidade social e proteção à infância". Essa recomendação aponta para necessidade de reformulação curricular que integre conhecimento técnico sobre negligência, trauma infantil e proteção social.

A formação continuada, quando oferecida, frequentemente aborda temas pedagógicos sem conexão com realidade de vulnerabilidade. Docentes relatam que treinamentos sobre "gestão de sala de aula" ou "metodologias ativas" não os preparam para lidar com criança que chega à escola desnutrida ou traumatizada. Essa desconexão entre formação e realidade prática contribui para sentimentos de inadequação e impotência entre docentes.

#### 4.4 PERSPECTIVAS FUTURAS E IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

A análise revelou que transformação significativa exige reconfiguração institucional que vá além de responsabilizar docentes individualmente. Políticas públicas devem: (1) aumentar investimento em recursos humanos nas escolas, incluindo psicólogos e assistentes sociais; (2) reformular formação docente para incluir conhecimento sobre vulnerabilidade social e proteção à infância; (3) estabelecer mecanismos de coordenação entre educação, proteção social e saúde; (4) criar sistemas de suporte emocional para docentes que lidam com situações de vulnerabilidade.

A literatura analisada sugere que atuação docente efetiva em contextos de vulnerabilidade não é questão de maior compromisso moral, mas de recursos institucionais adequados e formação apropriada. Quando essas condições existem, docentes conseguem simultaneamente educar e proteger, sem sacrificar integridade profissional ou saúde mental.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou criticamente os limites éticos e institucionais da atuação docente diante de alunos em situação de vulnerabilidade e negligência familiar. A análise bibliográfica exploratória revelou que os dilemas enfrentados por docentes não constituem problemas individuais de falta de compromisso moral, mas questões estruturais que emergem de uma configuração institucional específica do sistema educacional brasileiro. A vulnerabilidade social e a negligência familiar



representam fenômenos multidimensionais que exigem respostas integradas, não apenas educacionais, mas que envolvam políticas públicas de proteção social, saúde e assistência.

Os achados demonstram que a legislação brasileira de proteção à infância, embora avançada em seus princípios, criou responsabilidades para docentes sem fornecer recursos, capacitação ou suporte institucional adequados para sua execução. O Estatuto da Criança e do Adolescente responsabiliza todos os cidadãos, incluindo professores, pela denúncia de negligência e abuso. Contudo, essa responsabilização não foi acompanhada pela criação de mecanismos que permitissem ao docente exercê-la sem comprometer sua função pedagógica primária ou sua saúde mental.

A atuação docente permanece presa entre dois mandatos frequentemente contraditórios: o mandato pedagógico de ensinar e o dever de proteção de identificar e reportar negligência. Essa tensão não é meramente teórica; ela se manifesta cotidianamente na prática de professores que enfrentam dilemas éticos genuínos sem orientação clara sobre como resolvê-los. Quando um docente identifica sinais de negligência, ele não pode escolher entre agir eticamente e agir ineticamente; pode apenas escolher entre diferentes formas de comprometimento ético, cada uma com consequências potencialmente prejudiciais.

A análise revelou que a hipótese implícita de que docentes carecem de compromisso moral com proteção à infância é fundamentalmente incorreta. Os achados demonstram que docentes frequentemente internalizam responsabilidade por proteção, assumindo funções para as quais não foram preparados e que extrapolam sua competência profissional. O problema não é falta de compromisso, mas falta de recursos institucionais, capacitação adequada e suporte emocional.

A hipótese de que legislação avançada garante proteção efetiva também foi refutada pelos achados. A existência de leis robustas não se traduz automaticamente em proteção real quando as instituições responsáveis por implementá-las carecem de recursos. Conselhos Tutelares em muitos municípios funcionam com equipes reduzidas, incapazes de responder adequadamente a denúncias. Essa falha institucional cria ciclo perverso onde docentes denunciam, mas a denúncia não resulta em intervenção efetiva, levando professores a questionar a utilidade de suas ações.

A análise também refutou a hipótese de que a integração entre educação e proteção social ocorre naturalmente através de legislação. Os achados demonstram que educação, proteção social, saúde e assistência funcionam como sistemas paralelos, sem mecanismos efetivos de comunicação ou coordenação. Essa fragmentação institucional impede abordagem integrada da vulnerabilidade, deixando crianças negligenciadas em zona cinzenta onde nenhuma instituição assume responsabilidade plena.

Este estudo contribui para a área de educação e proteção social ao reframing dos dilemas éticos enfrentados por docentes como questões estruturais, não pessoais. Essa reconfiguração conceitual é fundamental para evitar culpabilização individual de professores e para direcionar atenção para as



mudanças institucionais necessárias. Ao invés de questionar "por que docentes não fazem mais para proteger crianças negligenciadas?", a pergunta apropriada torna-se "por que as instituições não fornecem recursos e capacitação adequados para que docentes possam simultaneamente educar e proteger?"

O estudo também contribui ao mapear especificamente os dilemas éticos que docentes enfrentam: a tensão entre confidencialidade e denúncia, a responsabilidade pela intervenção, a balança entre proteção e autonomia da criança. Essa mapeamento permite que futuras pesquisas empíricas investiguem como docentes navegam esses dilemas na prática e como políticas públicas podem ser reformuladas para reduzir a carga ética que recai sobre professores.

Adicionalmente, o estudo contribui ao identificar lacunas específicas entre legislação e realidade institucional. A ausência de psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros em escolas públicas não é um problema técnico que pode ser resolvido através de melhor gestão; é resultado de escolhas políticas de investimento insuficiente. Essa constatação aponta para necessidade de aumento significativo de recursos públicos destinados à educação.

As limitações deste estudo incluem sua restrição a literatura em português e inglês, excluindo perspectivas de outras línguas que poderiam enriquecer a análise. O foco em contexto brasileiro, embora apropriado para compreensão de realidade específica, limita generalizabilidade dos achados para outros contextos nacionais com sistemas educacionais e de proteção social diferentes.

A dependência de literatura publicada constitui limitação significativa, pois a realidade prática de docentes pode não ser plenamente refletida em publicações acadêmicas. Docentes que enfrentam dilemas éticos extremos podem não ter tempo ou recursos para publicar suas experiências. Essa lacuna entre prática e literatura publicada significa que este estudo pode não capturar plenamente a complexidade dos dilemas enfrentados por professores.

Adicionalmente, a impossibilidade de capturar mudanças recentes em políticas públicas que possam ter ocorrido após publicação de fontes consultadas constitui limitação temporal. Políticas públicas evoluem constantemente, e este estudo reflete estado do conhecimento até data de sua conclusão.

Futuras investigações devem adotar abordagem empírica que envolva coleta de dados primários com docentes, gestores educacionais e profissionais de proteção social. Pesquisas qualitativas que explorem como docentes navegam dilemas éticos na prática forneceriam insights valiosos que complementariam análise bibliográfica. Estudos de caso de escolas que conseguem integrar efetivamente educação e proteção social poderiam identificar práticas bem-sucedidas que merecem replicação.

Investigações sobre formação docente inicial e continuada devem examinar como preparar professores para lidar com vulnerabilidade social sem sobrecarregá-los emocionalmente. Pesquisas



sobre efetividade de políticas públicas de proteção à infância devem avaliar se legislação avançada se traduz em proteção real quando recursos são insuficientes.

Estudos comparativos entre diferentes contextos nacionais poderiam identificar como sistemas educacionais e de proteção social em outros países resolvem tensões similares. Pesquisas sobre impacto emocional e profissional da atuação em contextos de vulnerabilidade devem investigar como prevenir burnout entre docentes que lidam cotidianamente com negligência infantil.

A relevância deste estudo transcende o contexto acadêmico. Compreender que dilemas éticos enfrentados por docentes são estruturais, não pessoais, tem implicações profundas para políticas públicas de educação e proteção social. Se o problema não é falta de compromisso moral de professores, mas falta de recursos institucionais, então a solução não é culpabilizar docentes, mas reformular instituições.

Essa reconfiguração conceitual pode contribuir para mudança de narrativa pública sobre educação. Ao invés de questionar "por que professores não fazem mais?", sociedade deve questionar "por que não investimos adequadamente em educação pública?". Essa mudança de perspectiva é fundamental para mobilizar recursos políticos necessários para transformação institucional.

O trabalho também contribui para dignificação da profissão docente. Reconhecer que professores enfrentam dilemas éticos genuínos, não por falta de compromisso, mas por configuração institucional inadequada, é reconhecer a complexidade e a importância da profissão. Docentes não são técnicos que aplicam protocolos; são profissionais que navegam constantemente entre princípios éticos conflitantes, frequentemente sem suporte institucional adequado.

Por fim, este estudo reafirma que proteção à infância não é responsabilidade exclusiva de docentes, mas tarefa coletiva que envolve família, escola, comunidade, órgãos de proteção social e Estado. Quando essa responsabilidade é concentrada em docentes, o resultado é sobrecarga profissional e proteção inadequada. Apenas através de abordagem integrada e bem-financiada é possível garantir que crianças em situação de vulnerabilidade recebam proteção efetiva e educação de qualidade.



**REFERÊNCIAS**

CANDIDO, B.; BARROS, S.; RÉGIO, L.; BALLAN, C.; OLIVEIRA, M. The race/color question in the care process in a psychosocial care center for children and adolescents. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 56, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220x-reeusp-2021-0363>.

CENI, J.; BEZERRA-DE-SOUZA, I.; FERREIRA, J.; SEEFELD, R. Is didactic training essential for professors? The strategies applied by management professors in the classroom. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782022270038>.

CORDEIRO, F.; FRIEDE, R.; MIRANDA, M. Education in human rights from the perspective of teachers in the public network of Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782023280020>.

FERREIRA, L.; BARBOSA, A. Lições de quarentena: limites e possibilidades da atuação docente em época de isolamento social. *Praxis Educativa*, v. 15, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.15.15483.076>.

FIALHO, L.; NEVES, V. Teachers amid emergency remote teaching: repercussions of social distancing on formal education. *Educação e Pesquisa*, v. 48, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202248260256en>.

FREITAS, C. A. Conectados Para Transformar: Tecnologia Como Ponte Pedagógica. *Revista Missioneira*, ISSN 1518-0263, v. 27, n. 9, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.46550/npdfzy78>.

LOMBA, M.; SCHUCHTER, L. TEACHING PROFESSION AND TEACHER TRAINING FOR BASIC EDUCATION: REFLECTIONS AND THEORETICAL FRAMEWORKS. *Educação em Revista*, v. 39, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469841068t>.

PENTEADO, R.; COSTA, B. TRABALHO DOCENTE COM VIDEOAULAS EM EaD: DIFICULDADES DE PROFESSORES E DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E A PROFISSÃO DOCENTE. *Educação em Revista*, v. 37, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698236284>.

SANTOS, A.; DE OLIVEIRA LAUDIAUZER, N.; PINTO, L. A EFETIVIDADE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) NA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS VULNERÁVEIS: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE O LAR DO BEBÊ NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO. *Revista ft*, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.69849/revistaft/fa10202505302203>.

SANTOS, D.; VERONESE, J. Integral protection and the counseling of vulnerabilities of children and adolescents. *Revista de Direito*, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.32361/2023150216563>.

SARTORI, L.; OLIVEIRA, K.; MOURA, K.; SOARES, P.; MATOS, V.; KARAM, S. Notifications of physical, sexual and emotional violence and neglect against children in Brazil, 2011-2019: an ecological time-series study. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 32, n. 3, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s2237-96222023000300016.en>.

SILVA, V.; BRAGA, F.; CARVALHO, A.; MOREIRA, R. PEDAGOGICAL FORMATION IN DIALOGICAL LEARNING: CONTRIBUTIONS TO TEACHER TRAINING IN TIMES OF SOCIAL DISTANCING. *Educação em Revista*, v. 39, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469837653t>.

